

# Nos quartéis, até março

Como faz em todos os anos eleitorais, o Exército decidiu manter aquartelado um terço do contingente que começou a prestar serviço militar no início deste ano, calculado em 145.200 soldados. Pelo menos até março, ficarão nas unidades cerca de 48 mil recrutas que deveriam dar baixa em dezembro e janeiro. Essa força, chamada de "tropa pronta" ou "núcleo base" nos meios militares, permanece para dar apoio às necessidades dos tribunais regionais eleitorais em todo os Estados.

Sistematicamente, o Exército é solicitado a enviar tropas para garantir a realização das eleições em determinadas áreas, além de auxiliar no processo de votação (transporte do material e recolhimento das urnas, por exemplo). Este ano, segundo um general, há um fator a mais: o segundo turno das eleições presidenciais e a posse do eleito, no dia 1º de março. "A disponibilidade do núcleo base à

Justiça Eleitoral não se esgota com o fim das apurações, mas com a posse", esclarece o militar. Ele acrescenta que seria impossível manter nos quartéis uma tropa pronta formada por recrutas novos, ainda destreinados.

O general desmente o aquartelamento em função do resultado das eleições e do crescimento de candidaturas de esquerda. Ele lembra que, no pleito municipal do ano passado, o Exército agiu da mesma forma, com base no Estatuto do Serviço Militar que prevê no artigo que trata dos "termos de prestação do serviço militar" a duração de 12 meses, "podendo ser estendida por mais seis meses, a critério da autoridade militar". A retenção da tropa pronta alcança praticamente todos os Comandos do País, mas não se estende a todos os serviços.

## PREOCUPAÇÃO

A eleição preocupou determinados meios de todas as For-

ças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) até o anúncio dos primeiros resultados das urnas. Há informações de que a ausência de um candidato de esquerda no segundo turno do pleito tumultuaria a vida do País. Um oficial da Marinha disse que estavam previstas greves gerais, paralisações de refinarias, serviços bancários e transportes públicos. "Tudo para se tentar anular as eleições", diz.

Na verdade, essa preocupação fundamenta-se no documento "Plano de Lutas", aprovado no V Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em julho no Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo. O "Plano de Lutas", divulgado pelo Estado na edição de 20 de agosto, é uma "cartilha" de reivindicações e anunciava que o período pré-eleitoral seria "marcado por choques violentos".